

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Paulo Freire e as raízes para uma Educação Popular Revolucionária

Paulo Freire and the foundations for a Revolutionary Popular Education

Rodrigo Torquato da Silva¹

¹ Doutor em Educação, Professor Associado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Líder do Grupo de Pesquisa ALFAVELA; Advogado e Presidente da Comissão de Educação da OAB/MARICÁ-RJ. Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis, RJ, Brasil – E-mail: torquato@id.uff.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8381-3821>

Palavras-chave: educação popular; Paulo Freire; revolução brasileira.

RESUMO: O presente artigo é resultado de uma série de práticas e estudos vinculados a um rol de pesquisas longitudinais, que envolvem processos educativos vivenciados com estudantes oriundos das classes populares e mostram a presença e a influência das proposições de Paulo Freire nos movimentos de Educação Popular. O objetivo aqui é problematizar, a partir do diálogo com duas práticas educativas desenvolvidas dentro de uma das maiores favelas da América Latina e em um Curso de Extensão realizado na Universidade Federal Fluminense, os enraizamentos teóricos de Paulo Freire, com base nos dois grandes nomes que tematizaram a Revolução Brasileira e a categoria Conscientização: Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos. No ano em que se comemora o centenário do Patrono da Educação Brasileira, faz-se aqui um justo reconhecimento da obra de Paulo Freire, mostrando como a força de suas proposições reverberam nas concepções e práticas pedagógicas institucionais daqueles ou daquelas que se forjaram nas experiências das classes populares, quando estes ou estas alcançam o nível da docência e pesquisa acadêmica.

Keywords: popular education; Paulo Freire; brazilian revolution.

ABSTRACT: This article is the result of a series of practices and studies linked to a list of longitudinal researches, which involve educational processes experienced with students from the popular classes, and show the presence and influence of Paulo Freire's propositions in Popular Education movements. The objective is to problematize, from the dialogue with two educational practices developed within one of the largest slums in Latin America and in an Extension Course held at the Fluminense Federal University, the theoretical foundations of Paulo Freire, based on the two great names that participated in the Brazilian Revolution and the Awareness category: Álvaro Vieira Pinto and Guerreiro Ramos. In the year we celebrate the centenary of the Brazilian Education's patron, Paulo Freire's work is recognized here, showing how the strength of his propositions reverberate in the institutional pedagogical conceptions and practices of those forged in the experiences of popular classes, when they become teachers and academic researchers.

Lutas Sociais e Educação Popular

INTRODUÇÃO

Em 19 de setembro de 2021, comemora-se o centenário do nascimento do Patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire. Por se tratar de uma data tão importante para pessoas que, assim como o autor deste artigo, foram forjadas na militância da Educação Popular e na Favela, surgiu a necessidade de revisitar duas experiências educativas que se constituíram à luz do grande Educador.

Dessa forma, o presente artigo é resultado de uma série de práticas e estudos vinculados a um rol de pesquisas longitudinais, que envolvem processos educativos vivenciados com estudantes oriundos das classes populares, moradores de favelas e periferias. Tais pesquisas estabelecem profundo diálogo com a obra de Paulo Freire (ou com as proposições freirianas), na medida em que expõem os enredamentos da sua proposta de Alfabetização com Conscientização, com as práticas pedagógicas desenvolvidas em experiências de Educação Popular na/da Favela.

O objetivo aqui é problematizar, a partir do diálogo com duas práticas educativas desenvolvidas dentro de uma das maiores favelas da América Latina e em um Curso de Extensão realizado na Universidade Federal Fluminense, os enraizamentos teóricos de Paulo Freire, com base nos dois grandes nomes que tematizaram a Revolução Brasileira e a categoria Conscientização: Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos.

Para isso, na primeira parte do artigo, com intuito de manter a fidedignidade dos fatos, serão recuperados e problematizados alguns trechos de uma dissertação de mestrado de 2007, que apresenta uma experiência de Educação Popular desenvolvida na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, durante o período de auge da luta pelo acesso e permanência das classes populares à universidade, especialmente a da população negra por meio da política de cotas raciais. O fundamento e a visibilidade dada aqui a esse tipo de Educação residem nas aprendizagens que se desenvolvem em territórios sob fortes marcas da violência urbana e da necropolítica. Nestes espaços, criam-se experiências de Educação Popular a partir das “brechas” que se abrem nas situações de opressão.

Já a segunda parte do texto discute a radicalidade da categoria “Conscientização” e as suas “raízes” em Paulo Freire, a partir de um Curso de Extensão realizado no Instituto de Educação de Angra dos Reis, da Universidade Federal Fluminense (IEAR-UFF), no ano de 2017, denominado PAULO FREIRE: LEITURAS COMENTADAS.

Cabe ressaltar que as ações educativas expostas aqui para interlocução envolvem experiências de aprendizagens e ensino vivenciadas em épocas distintas. No entanto, esses

Lutas Sociais e Educação Popular

dois momentos mantêm fortes conexões, uma vez que têm suas raízes fincadas nas condições de possibilidades criadas à revelia das conformações mais cruéis impostas às classes trabalhadoras das favelas, pelo capitalismo brasileiro; um capitalismo dinamizado pela “Dialética da Dependência” (MARINI, 2000) e por uma educação bancária (FREIRE, 1987).

O aporte teórico que impulsiona as reflexões e forma as bases de sustentação do que será aqui defendido fundamenta-se não somente nas categorias teóricas encontradas na obra de Paulo Freire e suas raízes, mas sobretudo no diálogo que estas categorias estabelecem com as vivências em favelas e as pesquisas realizadas. Cabe destacar também o conceito de Pesquisa-Pesquisador/a Visceral (SILVA, 2020), como ponto de interlocução com tais noções categoriais.

Neste sentido, a busca pelas origens que sustentaram as principais proposições de Paulo Freire parte aqui da apresentação inicial das experiências de Educação vivenciadas para, a partir de então, “desenterrar” as próprias raízes freirianas, que surgem para e na realização dessas práticas.

Por todos esses aspectos, a problematização aqui desenvolvida pretende expressar uma justa ode à Paulo Freire, pois mostra a presença e a força das suas proposições nos movimentos de Educação Popular de favelas, influenciando os/as que ali se forjam de tal modo que reverberam nas concepções e práticas pedagógicas institucionais, quando estes ou estas alcançam o nível da docência e pesquisa acadêmica.

EDUCAÇÃO POPULAR NA FAVELA E AS RAÍZES FREIRIANAS

A experiência de Educação Popular na favela aconteceu a partir de 1994, quando foi consolidado o primeiro Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), na zona sul do Rio de Janeiro, o núcleo Rocinha. O núcleo foi organizado em um espaço cedido provisoriamente pela Igreja Metodista da Rocinha, visto que o pastor já tinha participado de um movimento em Duque de Caxias e São João de Meriti, denominado “Baixada livre”. Contou ainda com uma articulação entre alguns fiéis dessa igreja, uma freira, que também já militava na Baixada Fluminense, uma juventude local ligada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Ação Social Padre Anchieta (ASPA), uma das mais antigas instituições católicas na Rocinha (Segala, 1991).

Em 1999, o núcleo Rocinha do Pré-vestibular para Negros e Carentes se desligou do PVNC. No entanto, mesmo após o desligamento, o PVCR não deixou de participar das assembleias gerais, que reuniam todos os núcleos do PVNC. Esses eram espaços de aprendizagens riquíssimos, pois os debates e as disputas política e ideológica repercutiam na formação dos integrantes (docentes voluntários, militantes e discentes) do PVCR,

Lutas Sociais e Educação Popular

transformando o trabalho pedagógico em compromisso político. Ou seja, após passar por um processo de formação gestado no ventre das estruturas de organização do PVNC, a maior parte dos integrantes do PVCR deixava de priorizar na sua agenda de Lutas, uma perspectiva fundante do PVNC, a questão racial, e adotava uma intervenção política que priorizava as especificidades da favela da Rocinha. Assim, na prática, formava-se a consciência crítica.

Em outras palavras, ainda que a atitude dos integrantes do PVCR possa suscitar duras críticas, não é possível negar que a formação política que se deu nesse espaço de Educação Popular das Favelas e Periferias não tenha sido libertadora. A coordenação do PVNC (composta na sua maioria por jovens negros e negras) garantiu a participação dos integrantes da Rocinha nas Assembleias Gerais, ou seja, não operou na lógica da exclusão e sim da conscientização. É possível perceber aqui, ainda que rizomáticas, as raízes freirianas, entre outras.

Dialogando com a Pedagogia do Oprimido, em especial com a metodologia do Círculo de Cultura, todas as questões que geraram a ruptura foram discutidas dentro do PVCR e representaram um momento em que este núcleo questionava e repensava a orientação da sua ação e inserção dentro e fora da favela da Rocinha. O PVCR começou a avaliar como se dava a sua participação no movimento do Pré-vestibular para Negros e Carentes e a debater sobre a predominância da questão racial no cotidiano. Tal avaliação permitiu (re)pensar outra proposta de trabalho fundamentada em bases ideológicas mais amplas, mas, de certa forma, não anulou a discussão racial.

O nome Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR) tentou registrar a importância e a significação dadas ao caráter “comunitário” deste núcleo a partir do momento em que, durante as discussões, foram apontadas como princípios orientadores as características herdadas do PVNC, dentre elas a definição da discussão racial como um pilar de sustentação do movimento. É possível indagar se essa concepção de comunidade não foi um resquício da ideologia dos “Trabalhos Comunitários”, que permeou e marcou as ações políticas na Rocinha, segundo Segala (1991), na década de 80. Foram lançadas, então, no PVCR, novas propostas, ideias e orientações políticas voltadas para a especificidade da Rocinha, assumindo a sua atuação no âmbito da educação e vislumbrando uma possível extrapolação para outro tipo de intervenção dentro desta localidade.

A partir daí, foram pensadas e elaboradas novas estratégias na tentativa de aproximação com a favela, que dizem respeito a mudanças nas relações com as instituições que cedem o seu espaço físico para abrigar o “pré”. Deu-se início, então, à ampliação da divulgação do PVCR por meio de cartazes espalhados por todas as partes da Rocinha, o que resultou na

Lutas Sociais e Educação Popular

duplicação do número de inscritos. Tal fato exigiu a discussão sobre um processo seletivo, possibilitando assim pensar no perfil do aluno para o PVCR. Foi preciso, ainda, pensar em estratégias para tentar suprir as defasagens escolares oriundas de um processo de escolarização precário dos alunos, além de conscientizá-los de que a existência do curso se deve a uma constante renovação dos voluntários-colaboradores, que são oriundos da própria comunidade, visto a importância e o impacto que isso causa nos alunos das gerações seguintes.

Em 2004, no entanto, aconteceu uma segunda ruptura no “pré”. Esta se deu em função de um conflito ideológico de outra ordem, diferente da primeira ruptura. A conjuntura social e política do Rio de Janeiro estava propícia à implementação dos projetos “sociais” comprometidos com a ideologia do empreendedorismo. O SEBRAE e a ONG “VivaRio” eram os grandes gestores e propagadores dos projetos que difundiam essas ideologias na Rocinha.

Exatamente nesse ano, alguns dos professores do PVCR tentaram impor outra proposta política e ideológica para o movimento. Entre esses professores encontrava-se um ex-morador da Rocinha, que ministrava a disciplina de História e era funcionário do Balcão SEBRAE-Rocinha. Este, juntamente com outro professor, de Física, oriundo de classe média alta e muito afinado com o discurso sobre o “Terceiro setor”, apresentou uma proposta de transformar o PVCR numa ONG. A proposta foi rejeitada em reunião. Mesmo assim, o professor funcionário do SEBRAE continuou negociando a entrada do PVCR em um projeto vinculado a uma ONG.

Após o acesso à Ata de uma reunião (obtida por um professor de Matemática), na qual se evidenciava a tentativa de negociar os rumos do PVCR sem o apoio do grupo, houve um impasse. De um lado havia os professores que gostariam de manter os princípios políticos norteadores do “pré” até aquele momento: voluntariado, autossustentação financeira, não institucionalização e nenhum vínculo com propostas ideológicas que não fossem definidas pelo coletivo. De outro, ficaram os professores que entendiam que tais princípios eram arcaicos e retrógrados à nova ordem política. Ao final de muitos embates e conflitos, o PVCR continuou com os princípios fundadores, perdendo os professores que se aliaram à proposta do empreendedorismo.

Constata-se, após uma análise dessa segunda ruptura, que um dos grandes desafios do PVCR era elaborar estratégias político-pedagógicas que possibilitassem uma preparação diferenciada, não só para o ingresso na universidade, mas, principalmente, para a construção de uma consciência crítica. Para isso, a dialogicidade se fez fundamental. A concepção dialógica freiriana se fazia presente, pois não haveria aprendizagem eficaz, sem compreender

Lutas Sociais e Educação Popular

a Pedagogia do Oprimido. A dura realidade cotidiana da favela se integrava às práticas curriculares. Os relatos e as histórias de vida eram a força motriz que mantinha a fé na superação daquela condição de possibilidade tão adversa. Quando um ex-aluno do PVCR relatava como enganava o patrão para participar das atividades socializadoras do “pré”, no horário de trabalho, ele estava transformando esse relato numa possibilidade de subversão de um poder instituído (o patrão). Assim, desconstrói-se o “mito” do bom patrão.

Essas duas situações – a segunda ruptura do PVCR e a incorporação dos relatos às práticas curriculares para a desconstrução do “mito” patrão – permitem não somente dialogar com Paulo Freire, mas, sobretudo, vislumbrar a sua teoria em movimento e como ela acontece quando se está diante de uma ação educativa libertadora autêntica. São raízes, espraiamentos, da Pedagogia do Oprimido, como bem se verifica abaixo:

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-la e procurar outro emprego. O mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço. O mito de que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito de que o homem que vende, pelas ruas, gritando: “doce de banana e goiaba” é um empresário tal qual o dono de uma grande fábrica. O mito do direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam às escolas primárias do país e o do que nelas conseguem permanecer é chocantemente irrisório. O mito da igualdade de classe, quando o “sabe com quem está falando?” é ainda uma pergunta dos nossos dias. O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedoras da ordem que encarna a “civilização ocidental e cristã”, que elas defendem da “barbárie materialista”. O mito de sua caridade, de sua generosidade, quando o que fazem, enquanto classe, é assistencialismo, que se desdobra no mito da falsa ajuda que, no plano das nações, mereceu segura advertência de João XXIII. O mito de que as elites dominadoras, “no reconhecimento de seus deveres”, são as promotoras do povo, devendo este, num gesto de gratidão, aceitar a sua palavra e conformar-se com ela. O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra Deus. O mito da propriedade privada, como fundamento do desenvolvimento da pessoa humana, desde, porém, que pessoas humanas sejam apenas os opressores. O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade “ontológica” destes e o da superioridade daqueles. (FREIRE, 1987: p. 137)

Após a segunda ruptura, o movimento se transferiu para um espaço no centro da favela. A agenda de Lutas do PVCR mudou. Ações reivindicatórias e diálogos com outros

Lutas Sociais e Educação Popular

grupos e ativistas sociais foram incluídas na pauta. Uma das articulações que se consolidou num enfrentamento e que pôde demonstrar a presença de projetos ideológicos locais em conflito foi um evento denominado “Rocinha na luta pelo acesso ao ensino superior público”. Tal evento pôde mostrar aos alunos a força de mobilização e o protagonismo político do PVCR, dentro da favela. O objetivo era articular o maior número de grupos artísticos da favela que não tivessem vínculos com ONG’s ou instituições ligadas à “indústria da miséria”.

A atividade realizada foi uma feijoada. Todavia, o objetivo político era chamar a atenção dos moradores da favela e convidá-los para uma reflexão sobre as oportunidades existentes para que os estudantes da Rocinha entrassem na universidade. Com essa bandeira, foi possível mobilizar as rádios locais, os jornais locais (como o jornal O Dia, que fez uma cobertura simultânea do evento) e, principalmente, a TV ROC, uma emissora da Net (oficial), que fez uma entrevista com dois alunos e um coordenador do PVCR, exibindo-a durante toda a semana que antecedeu o evento.

Os conteúdos e as práticas curriculares do PVCR estavam imbuídos da predominância de dois eixos programáticos paradoxais: um, quantitativo-cientificista e o outro, político-qualitativo. O eixo referente à construção de uma grade curricular com um quantitativo de conteúdo tinha como base as ementas oferecidas pelas universidades públicas. O outro eixo, o da “formação” crítico-política, era mais complexo. Não era possível estabelecer um programa formal e rígido para esse eixo, pois ele se complementava e ganhava concretude nas imprevisibilidades do cotidiano. O que se fazia era tentar traçar um temário com atividades político-socializadoras para o ano letivo. Assim, o segundo eixo era estruturado a partir de dois dispositivos: a disciplina Cultura e Cidadania, já tradicionalmente conhecida nos cursos vinculados ao Pré-vestibular para Negros e Carentes (PVNC), e Orientações Político-Pedagógicas.

Para a disciplina Cultura e Cidadania era organizado um temário para debates e reflexões críticas, nos moldes dos temas geradores freirianos (outra raiz). Já o segundo dispositivo, denominado Orientações Político-Pedagógicas, foi organizado com objetivos múltiplos e visava algumas orientações técnicas básicas de elaboração de resumos e fichamentos. Este preceito era complementado por uma discussão sobre o conjunto de possibilidades das carreiras acadêmicas possíveis, vinculada à reflexão crítica acerca da relação capital X trabalho e lutas de classes, a partir do aporte teórico oriundo de um conjunto de textos como O capital, de Marx e, fundamentalmente, a Pedagogia do Oprimido, de Paulo

Lutas Sociais e Educação Popular

Freire, cuja clareza do texto nos permitia um entendimento prático acerca do processo de conscientização, uma vez que:

Ter a consciência crítica de que é preciso ser o proprietário de seu trabalho e de que “este constitui uma parte da pessoa humana” e que a “pessoa humana não pode ser vendida nem se vender” é dar um passo mais além das soluções paliativas e enganosas. É inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens. (FREIRE, 1987, p. 183)

Outro ponto importante, era como funcionava a estrutura organizacional do PVCR. A operacionalização se dava a partir da ação de colaboradores e voluntários, o que o fazia diferente dos modelos institucionais e convencionais de ensino. Nesse espaço híbrido, cujos conflitos funcionavam como força motriz, a aprendizagem se dava a partir da motivação individual e coletiva. Cada integrante (estudantes, professores/as e coordenadores voluntários) era impulsionado por motivos diferenciados. Isso permitiu que os alunos pudessem tensionar os seus objetivos individuais aos objetivos coletivos do “pré”.

Assim, houve a tomada de consciência de que havia, no PVCR, um conflito de classes subjacente. Alguns/as professores e/ou coordenadores de camadas sociais diferentes daqueles que viviam na Rocinha, se viam impelidos muitas vezes a discutir a própria condição de classe, seus laços afetivos e culturais, suas agendas e rotinas. Nesse sentido, os movimentos sociais de educação popular, tais como os pré-vestibulares populares que compartilhavam alguns saberes intergeracionais e interclasses eram, sem dúvida, além de espaços de formação política para moradores de favelas, espaços de formação de professores oriundos de outras classes sociais. Uma espécie de estágio de vivência privilegiado. Ou seja, as classes médias voluntárias obtinham ganhos também. A experiência prática no exercício da docência, num espaço não convencional, possibilitou uma auto investigação da própria prática e uma autoafirmação na profissão docente.

É comum que jovens professores incluam no seu currículo o processo de formação profissional e a experiência vivenciada nos “prés populares”. Lecionar uma disciplina num movimento social como os “prés populares” significa expandir o conjunto de condições de possibilidades do devir do professor. Significa, também, estar sendo inserido em outro circuito de saberes necessários às práticas docentes.

O PVCR tornou-se, portanto, um riquíssimo laboratório onde os docentes voluntários (em sua maioria de classe média, à época) podiam conflitar teoria e prática com segurança,

Lutas Sociais e Educação Popular

comparar os textos e as noções trabalhadas na academia aos dilemas do cotidiano em que se encontravam. A partir daí, criavam-se outros saberes, os saberes da experiência, os saberes práticos oriundos de um cotidiano complexo, cujos valores pessoais e as tradições de cada um são confrontados a outros valores e tradições que se pactuavam naquele espaço.

EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO: RAÍZES DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA REVOLUCIONÁRIA

Aqui será apresentada uma experiência de Educação Institucional enraizada na Educação Popular da Favela. A hipótese central é a de que tal curso só conseguiu alcançar os resultados que alcançou e, mais que isso, acontecer da forma como ocorreu, porque as raízes da sua Pedagogia estavam fincadas numa experiência de Educação Popular da Favela. O professor idealizador e coordenador do curso, hoje professor e pesquisador de uma das mais importantes Universidades Públicas Federais no Rio de Janeiro, foi construído na experiência de classe de morador de favela, sobretudo, a partir da inserção em diversas práticas de Educação Popular, lá desenvolvidas. O Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha, inclusive.

O que está sendo proposto, como fio condutor e base empírica para as reflexões que seguem, é a análise do Curso de Extensão PAULO FREIRE: LEITURAS COMENTADAS, realizado no Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense, em 2017, à luz das proposições freirianas e das teorias da Revolução Brasileira.

É importante destacar que o curso aconteceu durante uma grande turbulência política, na qual discursos protofascistas desqualificavam a Universidade Pública e as Obras de Paulo Freire. Impunha-se, com isso, um enorme desafio para o corpo docente e discente, visto que entender tais ataques (difundidos nas redes sociais e propagados por grupos de ultradireita e fundamentalistas religiosos, por meio das fake News) era também construir alternativas de lutas contra os movimentos reacionários que se faziam presentes na Universidade.

Paulo Freire é sem dúvida um dos maiores intelectuais brasileiros, reconhecido mundialmente. A resposta ao obscurantismo é a luta política e a cientificidade. Foi em função dessa premissa que o Grupo de Pesquisa ALFAVELA-UFF desenvolveu um rol de estudos cujos desdobramentos resultaram em Cursos de Extensão, sendo o primeiro, “CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA INTELLECTUAL VISCERAL”, iniciado em 2016.

Lutas Sociais e Educação Popular

A partir de um conjunto de estudos e pesquisas foi possível construir a hipótese de que as “Raízes do Pensamento Freiriano” originam-se de fontes revolucionárias radicais. São referenciais teóricos que apontam para a Revolução Brasileira a partir da superação de uma consciência ingênua e alienada que fincou estacas nos processos educativos do Brasil.

Para avançar e romper com essa educação bancária é necessário resgatar as raízes do pensamento freiriano. Nesse sentido, retomar o debate da *Conscientização* e da Revolução Brasileira, na perspectiva dos intelectuais Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos, é crucial, visto que a influência dessas categorias está no DNA da Obra Freiriana. Isso se confirma nas palavras iniciais do próprio Freire, na sua obra *Conscientização*:

Acredita-se geralmente que sou autor deste estranho vocábulo “conscientização” por ser este o conceito central de minhas ideias sobre a educação. Na realidade, foi criado por uma equipe de professores do INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS por volta de 1964. Pode-se citar entre eles o filósofo Álvaro Pinto e o professor Guerreiro. Ao ouvir pela primeira vez a palavra conscientização, percebi imediatamente a profundidade de seu significado, porque estou absolutamente convencido de que a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade. (FREIRE, 1980, p.25)

No que diz respeito ao entendimento acerca da categoria, delinea o autor:

Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1980, p.26)

Lutas Sociais e Educação Popular

Há, sem sombra de dúvidas, um estreito vínculo entre a compreensão de Freire acerca da categoria conscientização e a Tese central de Vieira Pinto, na Obra “Consciência e realidade nacional – volume 1”. Diz o autor:

A análise dos comportamentos individuais que decorrem das diferentes modalidades de consciência nos leva a admitir ser possível distribuí-los em duas grandes classes, que revelam duas formas fundamentais de consciência da realidade nacional, que chamaremos respectivamente de consciência ingênua e de consciência crítica. É essa, a nosso ver, a polaridade essencial das representações possíveis do real constituído por uma nacionalidade. (PINTO, 2020, p.87)

No entanto, é notório que a concepção e compreensão de Vieira Pinto, acerca da categoria Conscientização, estavam completamente comprometidas com a prática revolucionária e com um projeto: a Revolução Brasileira. Propunha este filósofo, uma linha tênue entre a Conscientização do povo brasileiro e a transformação da realidade nacional, o que justifica a extensa citação:

Para compreender a relação entre consciência e realidade nacional, torna-se necessário definir inicialmente a qualidade da fase atravessada pelo processo objetivo, no que diz respeito ao modo como tal fase se reflete na consciência, permitindo a esta elaborar a representação que faz dessa realidade e construir o seu projeto de ação. (PINTO, 2020, p. 576)

E continua:

Se vários são os conteúdos da revolução, sua essência, evidentemente, tem de ser a mesma, aquilo que lhes dá tal significado. É lícito, pois, procurar conhecer essa essência, induzindo-a da consideração dos fatos históricos, o que nos servirá normativo para reconhecer a ocorrência do fenômeno revolucionário na eventualidade de particular transformação social objetiva. Diremos, numa tentativa de definição, que a revolução é o ato histórico pelo qual as forças sociais de uma comunidade, correspondentes ao grau de desenvolvimento do respectivo processo econômico, solucionam a contradição principal que no momento envolve essa comunidade. (PINTO, 2020, p. 579-580)

Lutas Sociais e Educação Popular

Fica claro que a dimensão objetiva e prática da categoria Conscientização é central. Nesse sentido, o Eixo I – *Paulo Freire e suas raízes: Álvaro Vieira Pinto*, do Curso de Extensão supracitado, foi marcado por um misto de estudo teórico e catarse. Nele, foi possível estabelecer um diálogo profícuo, que extrapolou as fronteiras da História do Brasil, avançando para o debate sobre a Pátria Grande, visto que havia entre as/os cursistas um companheiro chileno que narrou sua experiência com a ditadura militar de seu país e a importância desses dois intelectuais brasileiros – Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto – para as lutas do povo chileno. Foi possível perceber a profundidade e a importância da teoria de Álvaro Vieira Pinto para além das fronteiras nacionais.

Noutra perspectiva analítica, porém, com a mesma profundidade e consistência teórica, está Guerreiro Ramos. Na obra *Mito e Verdade da Revolução Brasileira* é possível perceber um debate extremamente atual acerca das consequências do obscurantismo. Um dos maiores sociólogos do Brasil, Guerreiro (entre outros e outras pensadores/as da América Latina) foi relegado ao ostracismo, após o golpe militar de 1964. Isso mostra como uma sociedade fechada, sob a égide de comandos autoritários, seja uma ditadura militar, seja o fundamentalismo religioso obscurantista, opera fortemente para aniquilar as teorias críticas, em especial a Teoria Marxista da Dependência, muito bem desenvolvida por Ruy Mauro Marini, seguido por André Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Vania Bambirra, entre outros/as.

Guerreiro Ramos tem uma forte presença no pensamento de Paulo Freire, visto que mergulhou profundamente sobre a questão da Revolução Brasileira e, fundamentalmente, sobre o debate acerca da subserviência e alienação da intelectualidade brasileira. Para Guerreiro, a conscientização é um processo que perpassa pela desconstrução de uma mentalidade subserviente, que forma intelectuais “otários”, alienados. Segundo o autor:

A luta contra a internacionalização do Brasil não consiste apenas em repelir o condicionamento externo de nossa vida política e econômica. Também consiste em libertar a intelectualidade da servidão conceitual em que se acha. Compreender o Brasil e o mundo de hoje na perspectiva própria da história nacional não é imperativo acadêmico, é requisito da existência independente. Evidentemente, nenhum intelectual isolado será capaz de formular esse diagnóstico requerido pelas circunstâncias. Só poderá resultar do esforço integrado e cooperativo de muitos. (RAMOS, 2016, p. 242)

Lutas Sociais e Educação Popular

E continua:

A revolução brasileira será mistificada, se e enquanto os que pretendem representá-la e servi-la não se desvencilharem de fetiches verbais. A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários – o mito. Façamos a revolução – segundo a verdade da história nacional. (RAMOS, 2016, p.262)

Diante de tudo o que foi exposto acima, não resta dúvida de que a presença das concepções de Álvaro Vieira Pinto e Guerreiro Ramos são indelévels na obra de Paulo Freire. Elas passam por todo o rol que compõe o que poderia ser denominado de Pedagogias de Paulo Freire: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança*, *Pedagogia da Indignação* e *Pedagogia da Autonomia*; além de *Por uma Pedagogia da pergunta*.

A *Pedagogia do Oprimido*, do ponto de vista metodológico e teórico, constitui a nervura prático-política de Paulo Freire. É possível identificar a relação dialógica dessa Obra com as teorias precedentes. Sem dúvida, é a obra mais importante, que projeta Paulo Freire para além do Brasil. Há, inclusive, uma indagação levantada pelo próprio autor que ultrapassa o conteúdo posto: foi a obra *Pedagogia do Oprimido* que universalizou Paulo Freire ou foi Paulo Freire quem a universalizou? Melhor dizendo, Paulo Freire seria o que é para todos, sem a *Pedagogia do Oprimido*? Esse debate é de grande relevância pois pauta a centralidade da Alfabetização e da luta contra o analfabetismo e as implicações oriundas do capitalismo de dependência.

A *Pedagogia da Esperança* permite pensar sobre a coragem de se assumir vulnerável à força alienadora das ideologias capitalistas/burguesas. Paulo Freire faz uma revisitação à *Pedagogia do Oprimido* e um “acerto de contas” consigo mesmo. Num misto de coragem e humildade, o intelectual revela a importância da autocrítica, ponto extremamente discutido no livro. Merece destaque a forma como ele acolhe a forte crítica que sofreu das intelectuais e militantes feministas norte-americanas, em especial no que diz respeito ao uso da palavra ‘homem’, presente em todos os seus livros até então, como termo genérico, pois acreditava Paulo Freire que, quando usava o termo “homem”, já estaria incorporando por si só a categoria ‘mulher’. Esse é um ponto nevrálgico na trajetória desse importante intelectual brasileiro.

Falar um pouco da linguagem, do gosto das metáforas, da marca machista com que escrevi a *Pedagogia do oprimido* e, antes dela, *Educação como prática da liberdade*, me parece não só importante, mas necessário.

Lutas Sociais e Educação Popular

Começarei exatamente pela linguagem machista que marca todo o livro e de minha dívida a um sem-número de mulheres norte-americanas que, de diferentes partes dos Estados Unidos, me escreveu, entre fins de 1970 e começos de 1971, alguns meses depois que saiu a primeira edição do livro em Nova York. Era como se elas tivessem combinado a remessa de suas cartas críticas que me foram chegando às mãos em Genebra durante dois a três meses, quase sem interrupção.

De modo geral, comentando o livro, o que lhes parecia positivo nele e a contribuição que lhes trazia à sua luta, falavam, invariavelmente, do que consideravam em mim uma grande contradição. É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas apressaras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. Quase todas as que me escreveram citavam um trecho ou outro do livro, como o que agora, como exemplo, escolho eu mesmo: “Desta forma, aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se 'apropriam' dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles” *. E me perguntavam: “Por que não, também, as mulheres?”. (FREIRE, 1992, p.66-67)

Com isso, Paulo Freire teve a oportunidade de lidar com a sua contradição e assumir que estava errado, pois quando dizia ‘homem’ não estava considerando as especificidades da condição de mulher numa sociedade historicamente machista e patriarcal. Ou seja, estava reforçando o discurso machista e contribuindo para a manutenção de uma sociedade opressora.

Na obra *Pedagogia da Indignação*, Paulo Freire mostra-se encharcado de indignação e faz uma crítica profunda aos efeitos perversos do sistema capitalista. Em sua maturidade, o autor pôde, de forma bastante enérgica, expor a crítica às mazelas desse sistema econômico “moedor de gente” e devastador do meio ambiente, juntamente com seus aspectos político e cultural. Ali, é possível discutir a questão do compromisso docente com a problematização da indignação dos estudantes, em especial, das classes populares. É possível refletir e debater profundamente a indignação, as desigualdades, as covardias que geram a revolta das classes trabalhadoras, dos povos indígenas, dos povos de matrizes africanas, pois é o efeito da violência sofrida e não a causa.

Em *Pedagogia da Autonomia*, outra obra clássica, além do tema central – a autonomia de ensinar e aprender – é debatida e problematizada a valorização das professoras da Educação Básica e das muitas Educadoras e Alfabetizadoras Populares que contribuem para a erradicação do analfabetismo das crianças e jovens das favelas e quebradas brasileiras.

Lutas Sociais e Educação Popular

Por fim, as duas obras que fecham as denominadas Pedagogias de Paulo Freire, *Por uma Pedagogia da Pergunta* e *Professora sim, tia não!*, complementam as antecessoras, pois dialogam diretamente com as práticas pedagógicas e metodológicas de instigar os/as estudantes ao exercício da autonomia através das perguntas problematizadoras. Tais obras se inserem entre aquelas consideradas importantíssimas para as perspectivas didática e prática das Pedagogias de Paulo Freire. A Pedagogia da Pergunta consubstancia a tese de que a formação do sujeito crítico é interminável, pois jamais prescindiremos de novas perguntas. São exatamente elas que colocam o indivíduo em movimento o tempo todo e demonstram que a força do conhecimento crítico é exatamente estar sempre aberto a novas perguntas. Já em *Professora sim, tia não!*, o ponto central é a valorização das professoras do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Paulo Freire problematiza a implicação da atribuição do termo ‘tia’ a uma profissional da Educação. Com veemência, ele combate o discurso ideológico que fundamenta essa nomenclatura e demonstra que, por trás de um suposto discurso de uma relação afetiva entre uma criança e uma professora, sustenta-se a desvalorização de uma categoria profissional.

Com base nesses fundamentos, o propósito do Curso de Extensão PAULO FREIRE: LEITURAS COMENTADAS era, de forma bem modesta, a formação de consciências críticas, na perspectiva da Revolução Brasileira. Foram oferecidos dez encontros mensais, de abril a dezembro de 2017, a partir de uma estrutura curricular organizada em três Eixos Temáticos: a) Paulo Freire e suas raízes; b) Paulo Freire e as Pedagogias; c) Outros escritos: África e América Latina.

É importante ressaltar que a metodologia apresentada no Curso é uma construção histórica que vem sendo desenvolvida por muitos Movimentos Sociais de Educação Popular. No Grupo de Pesquisa ALFAVELA (IEAR/UFF), buscou-se aglutinar essas experiências educativas por meio de estudos e construir um acúmulo próprio a partir das experiências extensionistas, na Universidade Federal Fluminense. Dessa forma, para o Curso de Extensão PAULO FREIRE: LEITURAS COMENTADAS, foi criada uma metodologia sustentada a partir de dois Princípios: o Princípio da Complexidade dos Conteúdos e o Princípio da Horizontalidade.

O Princípio da Complexidade dos Conteúdos sustenta a ideia de que as obras de Paulo Freire se constituem não somente como teoria, mas, sobretudo, como uma possibilidade prática de transformação da sociedade e de conscientização. Já o segundo Princípio da Horizontalidade tem como fundamento a tese freiriana de que, ao ensinar, o educador também

Lutas Sociais e Educação Popular

está aprendendo e, ao aprender, o educando também está ensinando. Além disso, esses Princípios se firmam em práticas educativas presentes em três Movimentos Sociais Históricos de Educação Popular:

I – O PVNC (Pré-vestibular para Negros e Carentes), que através da criação da disciplina Cultura e Cidadania, no seu currículo, estabeleceu uma diretriz para a formação política do estudante de favelas e quebradas, comprometida com o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da realidade brasileira. Com isso, conscientizava os/as estudantes de que o compromisso de todos, ali, estava para além do individualismo e da ideia de meritocracia e do ingresso na Universidade;

II – O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), que tem como base da sua Pedagogia a participação horizontal de todos/as, a partir da concepção de brigadas, como, por exemplo, as Brigadas de organização político-pedagógica da Escola Nacional Florestan Fernandes.

III – PAULO FREIRE, que, além de toda a contribuição já exaltada até aqui, permitiu, do ponto de vista Político-Didático, implementar a substituição da concepção de sala de aula por Círculo de Cultura.

É possível afirmar que a conexão entre as práticas político-educativas defendidas por Paulo Freire possibilita a mobilização e a construção de coletivos informais e de trocas de experiências pedagógicas distintas do padrão academicista. Permite, sobretudo aos que se relacionam e pertencem às classes populares, mais especificamente às Escolas-Favelas e Quebradas, a tomada de consciência da condição de classe, na medida em que estes, através da problematização qualificada e coletiva, percebem que os problemas da sua região, de suas escolas, da violência urbana têm uma relação direta com a totalidade, com o tipo de capitalismo brasileiro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2021 está sendo marcado pela maior crise sanitária e científica já vivida. A Ciência tenta resistir aos diversos ataques obscurantistas, oriundos de fundamentalistas religiosos e profascistas. Além disso, a educação pública brasileira e as classes populares moradoras de favelas estão sob fogo cruzado. Vide, por exemplo, a triste estatística de crianças pobres assassinadas por “bala perdida”. Algumas, inclusive, tombam vestindo o uniforme da escola pública.

Lutas Sociais e Educação Popular

Nesse quadro conjuntural tenebroso, os discursos que criminalizam a pobreza se propagam. Isso cria um ambiente escolar carregado de medos, reforça os preconceitos e estigmatiza os comportamentos dos estudantes das classes populares. Aliás, subtrai desses estudantes os seus Direitos Sociais, sustentáculos da Constituição de 1988 e condição *sine qua non* para a construção de um Estado Democrático de Direitos.

Paulo Freire, na obra organizada por Ana Maria Freire, *Direitos Humanos e Educação Libertadora*, aduz que:

O tema é Educação e Direitos Humanos: Educação Libertadora, vou colocar questões a mim mesmo, a respeito. A primeira questão é como falar sobre educação e direitos humanos já nos coloca um primeiro direito negado e negando-se, que é o direito à educação. É a própria educação que pretendemos que se dê ao esforço de desafiar a quem proíbe que a educação se faça, é a própria educação como direito de todos, que é negada em grande parte. E esta primeira reflexão me leva imediatamente a constatar outra obviedade, que é exatamente a natureza política que a educação tem, isto é, constatar a absoluta impossibilidade de termos um processo educativo que esteja dirigido ao bem-estar da humanidade, por exemplo. E, ao dizer isso, eu me lembro de minha juventude, de algumas leituras de livros ingênuos de filosofia da educação, que tentava explicar ou definir a educação como sendo um esforço a serviço da humanidade. Isso na verdade não ocorre e não existe. (FREIRE, 2019, p.34)

Diante disso, não resta dúvida de que a luta pelo Direito ao acesso aos conhecimentos que possibilitam a elevação de uma modalidade de consciência ingênua para uma consciência crítica da realidade brasileira é imprescindível. A primeira não tem consciência dos fatores e condições que a determinam. Já a segunda, a consciência crítica, tem clara consciência dos fatores e condições que a determinam.

Isso implica dizer que, nos casos em que é negado aos estudantes das classes populares o acesso a conhecimentos que possibilitam a superação da consciência ingênua, lhes é negado, concomitantemente, o direito de humanizar-se. A luta pelo Direito de Aprender nas escolas públicas é uma luta para que todos e todas tenham o direito de compreender a sua própria existência, a partir de critérios objetivamente válidos, e, assim, compreenderem-se como resultado de lutas históricas,

Além disso, é preciso acabar com a lógica punitivista que historicamente cerceia os Direitos Fundamentais das Classes Populares. Essa lógica perversa perpassa por toda a estrutura

Lutas Sociais e Educação Popular

educacional formal, desembocando no sistema penal brasileiro para, com isso, garantir a equação econômica e a manutenção da propriedade privada, pedra angular do capitalismo.

O empenho em apresentar os rebatimentos das concepções freirianas nas práticas educativas formadas no PVCR e, mais que isso, os riscos de reacender tal debate, não são apenas exercícios retóricos. Para muito além disso, é uma ação política intencional. Trata-se da necessidade e urgência de se retomar o debate acerca da Conscientização e da Revolução Brasileira. Nesse ponto, o presente artigo demonstrou a possibilidade de construção de uma Educação Revolucionária, pois as categorias analíticas não são frutos de um idealismo. Muito pelo contrário, pode-se constatar que elas estão presentes, em ebulição na Educação Popular das Favelas.

REFERÊNCIAS

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação; uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1998.

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Cartas a Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Direitos Humanos e Educação Libertadora: gestão democrática da Educação pública na cidade de São Paulo**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

_____.; FAUNDEZ, A. **Por uma pedagogia da pergunta**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. Q. (org): **Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. SP, Perseu Abramo/RJ: Fase, 2004.

Lutas Sociais e Educação Popular

MANSO, B. P. **A república das milícias**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. – 10ª ed. – São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Consciência e realidade nacional: volume 1: a consciência ingênua**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

_____. **Consciência e realidade nacional: volume 2: a consciência crítica**. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

RAMOS, G. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Florianópolis: Editora Insular – IELA, 2016.

SANTOS, R. E. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. In: SANTOS, R. E. e LOBATO, F. (orgs). **Ações Afirmativas: políticas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

SEGALA, L. **O riscado do balão japonês: trabalho comunitário na Rocinha (1977 - 1982)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/Museu Nacional. Niterói: UFRJ, 1991.

SILVA, R. T. **Escola-Favela e Favela-Escola: "esse menino não tem jeito!"** Petrópolis RJ: De Petrus et Alii: 2012.

SILVA, R. T. **Educação Popular na Favela - Uma pesquisa no/do/com o cotidiano do Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha**- Dissertação de Mestrado - PROPEd – UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, R. T. da. Pesquisa-Pesquisador/a Visceral - emergência e genealogia das categorias. **RevistAleph**, 34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/revistaleph.v0i34.40424>

SOBRE O AUTOR

RODRIGO TORQUATO DA SILVA

Professor Associado da Universidade Federal Fluminense e Advogado. Líder do Grupo de Pesquisa ALFAVELA. Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Quatro Especializações: Direito e Processo Penal (Universidade Cândido Mendes); Direito Público (UCAM); Psicopedagogia - Clínica e Institucional (Universidade Gama Filho); e Orientação Educacional e Pedagógica (UCAM). Graduações em Direito (Universidade Cândido Mendes) e Pedagogia (Universidade Gama Filho). Tem experiência na Área de Educação, com ênfase na Alfabetização dos/das estudantes das Classes Populares e Cotidiano Escolar. Na Área do Direito, o interesse pelos estudos e pesquisas do Campo da Criminologia Crítica e do Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: violências cotidianas na relação favela-escola e o Direito de Aprender nas Escolas Públicas.